

Mais Bancário

Sindicato do Sector Financeiro



Mário Mourão é o novo líder da UGT

**“Vamos pugnar
pelo aumento
médio dos salários”**

Ligue-se @ Nós



NÚMERO DE
UTENTE DO SERVIÇO
NACIONAL DE SAÚDE
(SNS OU SRS)

01

NÚMERO DE
IDENTIFICAÇÃO
FISCAL (NIF)

02

ATUALIZE
OS SEUS DADOS
PESSOAIS E DO
SEU AGREGADO

MORADA

03

E-MAIL

04

TELEFONE

05



JOÃO CARVALHO

O fantasma da inflação

No meu último Editorial, dizia que a inflação estava acima dos 0,4%. Infelizmente não me enganei: situa-se agora, e segundo dados do Banco de Portugal, acima dos 4%. O INE aponta já para uma variação de preços (IPC) em relação ao mês homólogo do ano anterior para março/22 de 5,30%. Após a pandemia e agora com a desgraça da guerra, esta situação leva todos a pensar o que irá ser a nossa vida, enquanto bancários, com aumentos salariais insuficientes para permitir enfrentar este brutal aumento do custo de vida.

E como estaria a nossa vida se nenhum aumento tivéssemos? Se continuássemos à espera de chegar a um acordo superior para 2021 depois de mais de um ano de duras negociações, e com 2022 já quase a meio, sem obter resultados?

Estaríamos melhor? Julgo que não. Por isso o Mais Sindicato chegou a um acordo de princípio no ACT. Não é o que queríamos, sejamos claros, mas os bancários precisavam urgentemente do aumento salarial nesta fase difícil que o País e o mundo atravessam. Foi essa consciência da realidade que nos fez dar este passo e estamos convictos de que os bancários concordam connosco.

Sendo reconhecido o crescimento dos lucros na banca, pensamos que é um direito de todos que a partilha seja justa, não podem ser só os acionistas a receber os lucros, pois quem contribui também tem o direito a receber a sua parte. Estamos certos de que os bancários merecem mais, pois o seu trabalho diário exige um esforço que terá de ser compensado. Assumimos já que a proposta de revisão salarial para 2023 terá de ter uma recuperação do poder de compra, face às taxas de inflação já registadas.

Mas, cada dia que passa, somos premiados com medidas de contenção de despesa por parte dos bancos, sempre em prejuízo dos bancários. Agora é o Novo Banco a retirar isenções de horário de trabalho, alegadamente dizendo que deixou de se justificar a atribuição da mesma. Não é aceitável este comportamento por parte da IC e apelamos aos colegas que recorram ao seu Sindicato para apoio jurídico.

Com a nova Legislatura a funcionar, queremos acreditar que o objetivo prioritário é “contas certas para a recuperação e convergência”, pelo que a prioridade deve ser preservar a capacidade produtiva do País, a ajuda às empresas e às famílias e a defesa contra os aumentos exponenciais do preço de energia e dos bens alimentares.

Quanto ao nosso SAMS, está a obter um sucesso assinalável na prestação dos cuidados de saúde aos nossos sócios e beneficiários/utentes; a reabertura ao sábado permite que muitos dos utilizadores no ativo possam também ser atendidos e, assim, as filas de espera serão menores, bem como a marcação dos atos clínicos.

Na quadra passada (Semana Santa) ainda continuou o flagelo da guerra que aflige o povo da Ucrânia. Mais uma vez deixamos uma palavra de Solidariedade para com os nossos colegas bancários e todo o povo ucraniano, contra a ditadura de Putin e dos oligarcas.



6

Sindical

Acordo salarial no ACT



Questões Jurídicas

Despedimentos coletivos na banca: ao arrefio das regras legais, morais e éticas

21

Sindical

Trabalhadores ganham ação contra IFAP | 5

Novo Banco pretende retirar isenção de horário | 5

Acordo salarial no ACT: Os bancários merecem mais, mas também lhes é devido receber rapidamente | 6

XIV Congresso da UGT

Conferência internacional: Negociação coletiva, sim! | 8

Por empregos decentes e salários dignos | 12

Prioridades bem definidas | 14

Mário Mourão: "A UGT continuará a ser uma central de compromisso" | 16

Juventude

Vale a pena ser sindicalizado! | 18

GRAM

Queres participar nos Núcleos? Inscreve-te! | 20

Questões Jurídicas

Despedimentos coletivos na banca: ao arrefio das regras legais, morais e éticas | 21

Atual

Mais dias de liberdade | 24

SAMS

Alcides Peixeiro: "Queremos aumentar a participação nas áreas da prevenção da doença" | 25

Tempos Livres

Pesca de Mar: José António Duarte vence no arranque | 29

Antigos bancários em almoço-convívio | 29

Tiro: Prova equilibrada | 30

Talento à prova | 31

Passatempos | 34



SAMS

Alcides Peixeiro: "Queremos aumentar a participação nas áreas da prevenção da doença"

25

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556

Correio eletrónico: direccao@mais.pt

Diretor: António Fonseca

Diretor-adjunto: João Carvalho

Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony,
João Carvalho e Vânia Ferreira

Editor: Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:

Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa

Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180

Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt

Grafismo: Ricardo Nogueira

Pré-impressão e Impressão: Xis e érre, xer@netcabo.pt

Rua José Afonso, 1, 2.º Dto. | 2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 34.532 exemplares (4.332 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal

Depósito legal: 310954/10

Registado na ERC: n.º 109.009

www.mais.pt

Estatuto Editorial

Consultável através do endereço:

[https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/
Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes

Trabalhadores ganham ação contra IFAP



O MAIS representou 73 trabalhadores do ex-Ifadap (atual IFAP) numa ação coletiva contra o instituto relativamente à integração dos trabalhadores no regime de carreiras da administração pública. A sentença do tribunal de 1.ª instância foi favorável às suas pretensões

INÊS F. NETO

A decisão da 1.ª instância foi conhecida no dia 8 de abril, condenando o instituto público. Em causa estava a integração dos trabalhadores do ex-Ifadap (atual IFAP, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.) a partir de 1 de março de 2013 e que implicou perdas remuneratórias para os trabalhadores que recebiam a majoração da cláusula 92.ª, n.º 5 e deixaram de recebê-la, e para

os trabalhadores que passaram a descontar 11% para a Segurança Social, ao invés de 3%. Esta foi mais uma grande vitória para o MAIS, através dos seus Serviços Jurídicos, que representaram um total de 73 trabalhadores. A sentença condena o IFAP nos seguintes termos:
- Relativamente aos trabalhadores que deixaram de receber o valor da majoração, o IFAP foi condenado a integrar o valor da majoração na remuneração a partir de 01.03.2013 e a

pagar os valores relativos às diferenças remuneratórias desde essa data, acrescido de juros de mora legais;
- Relativamente aos trabalhadores que passaram a descontar 11% para a Segurança Social em vez de 3%, o IFAP foi condenado a aplicar-lhes um valor compensatório tendo por referência esse agravamento, de forma a que após a transição auferiam o mesmo valor líquido que os colegas que se encontravam no mesmo nível e com valor compensatório, acrescido de juros de mora legais. 

Novo Banco pretende retirar isenção de horário

Sindicatos repudiam a decisão da administração e acompanharão com toda a atenção o desenvolvimento deste processo



O Mais Sindicato, o SBC e o SBN têm recebido dos seus associados do Novo Banco a informação de que estão a rececionar cartas a comunicar que lhes será retirada a isenção de horário de trabalho (IHT), com o fundamento de que deixou de se justificar a manutenção da mesma.

Tal decisão, num contexto de diminuição de postos de trabalho, além do reflexo na execução atempada das tarefas e objetivos diários, terá impacto no orçamento familiar dos trabalhadores visados, no momento especialmente difícil que se atravessa. Os Sindicatos repudiam esta

tomada de decisão por parte da Administração do Novo Banco e acompanharão com toda a atenção o desenvolvimento deste processo. Mais, SBC e SBN aconselham todos os trabalhadores envolvidos a que não tomem qualquer decisão sem antes contactar os serviços jurídicos do seu Sindicato. 



Acordo salarial no ACT

Os bancários mer mas também lhes

MAIS, SBC e SBN chegaram a acordo com as instituições subscritoras do ACT de Setor Bancário para a revisão das tabelas de 2021 e 2022: 0,5% e 1,1% respetivamente, além do aumento do subsídio de refeição para 10,50€. Os valores estão abaixo do que pretendiam, mas face à incerteza do futuro, devido à pandemia e à instabilidade provocada pela guerra na Ucrânia, é altura de ser prático e não prolongar por mais tempo as negociações

INÊS F. NETO

A situação mundial piora todos os dias e a incerteza quanto ao futuro é cada vez maior. A guerra na Ucrânia prolonga-se e com ela as dificuldades económicas da Europa, apanhada no vendaval da escalada do preço dos combustíveis e do setor energético, nas complicações de abastecimento de bens de primeira necessidade provocadas pela subida dos preços e escassez de cereais, e no aumento da inflação. Direta ou indiretamente, todos sofrem.

Enredados na enorme instabilidade e complexidade da situação conjuntural e sem previsões confiáveis quanto ao que o futuro reserva, MAIS, SBC e SBN optaram pelo seguro, em prol dos bancários que representam.

As administrações mais uma vez demonstraram um total desrespeito pelos bancários, por quem diariamente trabalha para servir os clientes, com diligência e profissionalismo, contribuindo assim para os avultados lucros da banca.

Querem lucros, sim, mas só para distribuir entre si e pelos acionistas, não valorizando os que dão a cara pelas instituições e mantêm confiança dos clientes. Só isso explica a intransigência nas negociações, a mesquinhez e insuficiência dos aumentos salariais que propõem.

Enquanto esta elite financeira tiver esta linha de raciocínio dificilmente teremos um País capaz de responder aos desafios do futuro e uma sociedade mais justa.

Após meses de dura negociação sem conseguir obter a devida e justa compensação para os bancários, e depois de várias reuniões intermediadas pela DGERT, os Sindicatos

ecem mais, é devido receber rapidamente

decidiram dar o seu acordo à revisão salarial do ACT para 2021 e 2022.

A incógnita da evolução da crise e do seu agravamento levou o MAIS, o SBC e o SBN a não arriscar mais. Os bancários precisam, quanto antes, dos aumentos salariais para fazer face à escalada de preços.

Já basta a preocupação com as reestruturações, as rescisões, os despedimentos... A manutenção dos postos de trabalho é a prioridade. Cada vez mais se ouve os empresários a pedir o lay-off, a reclamar da situação e a ameaçar encerramentos em massa. Não almejam recurso ao crédito, mas ajudas estatais...

Partir do zero

Foi neste clima que os Sindicatos iniciaram as negociações para a atualização salarial de 2021, com a banca a não aceitar qualquer valor – a primeira proposta foi de aumento zero!

Atendendo aos lucros do setor, os Sindicatos nunca admitiram que não houvesse aumentos salariais. A intransigência da banca levou-os a romper as negociações diretas e recorrer à conciliação sob a égide da DGERT.

Numa estratégia mais ampla, os Sindicatos, além de tentarem por todos os meios atualizar os salários para 2021, propuseram a revisão simultânea das tabelas para 2022, decisão importante que mais nenhuma estrutura assumiu, estando ainda presas à revisão para 2021.

Em janeiro deste ano a banca acedeu a evoluir na proposta de aumentos para 2021 e negociar também a atualização para 2022.

Infelizmente, tudo se complicou com a eclosão da guerra e o fantasma de mais uma crise.

Mesmo assim, estes Sindicatos mantiveram a força e o empenho para contestar a reiterada intransigência da banca e conseguiram romper a barreira.

MAIS, SBC e SBN desejavam mais, mas este acordo permite aumentar as tabelas e cláusulas de expressão pecuniária.

Aumentos acordados

Na última reunião de conciliação no Ministério do Trabalho foi possível chegar a um acordo de princípio com este conteúdo:

Para 2021:

– 0,5% nas tabelas e em todas as cláusulas de expressão pecuniária.

Para 2022

– 1,1% nas tabelas e em todas as cláusulas de expressão pecuniária;

– Excecionalmente, o subsídio de almoço passará para 10,5€ (hoje é 9,72€);

– Todas as rubricas serão atualizadas com os obrigatórios efeitos retroativos. Embora estes Sindicatos tenham apelado para que o aumento fosse processado já em abril, tal não vai ser possível em todos os bancos.

O facto de que só os sócios do MAIS, do SBC e do SBN terão aumentos salariais coloca dificuldades de ordem técnica, alegam os bancos, justificando assim o faseamento da sua execução.

Assim, haverá três situações distintas: bancos que pagam todos os retroativos já em abril; bancos que em abril apenas pagam o vencimento do mês, mas com o respetivo aumento salarial; e bancos que só em maio pagarão todos os retroativos, além do vencimento do mês atualizado. As IC comprometeram-se a informar os respetivos trabalhadores sobre a situação interna, com as datas concretas de pagamento.

Pagamentos

A atualização das tabelas conforme o acordo alcançado pelo MAIS, SBC e SBN concretiza-se da seguinte forma:

Primeiro são pagos os retroativos de 2021, com a aplicação de 0,5% sobre todos os rendimentos, exceto ajudas de custo e trabalho suplementar. Abrange 14 meses.

Depois de feito este processo, e para os meses de 2022, sobre os novos valores será aplicado o aumento de 1,1% a todos os rendimentos já recebidos, com exceção das ajudas de custo e do trabalho suplementar.

Já o subsídio de refeição terá retroativos desde 1 de janeiro de 2022, com base no aumento para 10,5€.

Recuperar em 2023

Conscientes de que os bancários merecem mais pois o seu trabalho diário exige um esforço que tem de ser compensado, MAIS, SBC e SBN assumem desde já que a proposta de revisão salarial para 2023 estará concentrada na recuperação do poder de compra face às taxas de inflação registadas, nomeadamente a que se consolidar este ano. 

Conferência internacional

Negociação coletiva, sim!



Na véspera do arranque de mais um congresso, a UGT organizou uma conferência centrada no instrumento mais importante para uma organização sindical: a negociação coletiva. A palestra contou com convidados nacionais e internacionais

TEXTOS: PEDRO GABRIEL

A conferência “Situação e perspectivas da negociação coletiva” realizou-se no dia 22 de abril, no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, local que também viria a servir de palco ao 14.º Congresso da UGT.

Carlos Silva deu o pontapé de saída afirmando que esta temática é essencial para a UGT e para o movimento sindical. “Os sindicatos existem para defender os trabalhadores, mas o acervo de direitos que os regimes democráticos têm assente no que é a participação do movimento sindical só faz sentido se existir negociação coletiva”.

Falando ainda como secretário-geral, Carlos Silva explicou ser necessário criar novas dinâmicas, deixando recados ao Governo: “Não pode fazer da maioria absoluta um poder absoluto. Tem de investir no diálogo, na negociação, de insistir no compromisso, no encontro de soluções para os trabalhadores e para o País. Isso faz-se através da negociação. Não é por nós que a negociação coletiva não avança”.

Dificuldades

O primeiro painel teve como tema a “Situação atual da negociação coletiva em Portugal” e foi moderado por Soraia Duarte, Secretária Nacional da UGT. Paulo Pedroso, docente do ISCTE-IUL, explicou que o recuo na sindicalização não é um fenómeno

OS DECENTES
S DIGNOS



É URGENTE REFORÇAR
A EUROPA SOCIAL



exclusivamente português e que as dificuldades da negociação coletiva são uma tendência das economias avançadas. “Há nos últimos 30 anos uma ofensiva sobre os mercados de trabalho que tem uma componente global de desregulação e de individualização das relações de trabalho”.

Para Paulo Pedroso, a crise financeira teve impacto nas relações de trabalho e na negociação coletiva que não desapareceram nos anos seguintes.

O antigo ministro do Trabalho e da Solidariedade referiu que o coração da contratação coletiva continua a estar muito ligado às tabelas salariais. “Um dos efeitos negativos das dificuldades da contratação coletiva em Portugal foi que os governos, com o apoio dos parceiros, valorizaram significativamente o salário mínimo, mas não houve um efeito de arrastamento sobre remunerações médias e medianas. É uma fragilidade maior do que a taxa de cobertura. A contratação coletiva está a perder a sua eficácia naquela que é historicamente a sua missão que é a de combater a desigualdade salarial”.

Compromisso

Também José Silva Peneda é da opinião que o diálogo, a contratação coletiva e a concertação social são valores

modernos de uma sociedade democrática porque são “o entendimento sobre o modo de realizar objetivos comuns”.

O ex-presidente do Conselho Económico e Social relevou o papel de sindicatos e entidades patronais mas deixou o aviso que isso, por si só, não chega. “O mundo é cada vez mais complexo e fragmentado. O poder político tem de antecipar os interesses dos diferentes grupos da sociedade. Um sistema de concertação social que funcione de forma estruturada é um contributo muito importante para a redinamização da própria contratação coletiva, desde logo pela imagem de credibilidade transmitida para a opinião pública”.

Silva Peneda explicou também que existe uma enorme mudança na forma como o valor económico é criado, com novos modelos de negócio, abertura a mercados e novas formas de comércio.

“Seguramente que esta evolução vai dar oportunidades de novos empregos e aumentos de produtividade mas há também o risco de mais desemprego, desigualdades salariais e repercussões sociais. Há que pensar em novas formas de regulamentação. Uma maior diversidade de contratos de trabalho, que vai ter consequências a nível do diálogo social e da contratação coletiva”.

Silva Peneda refuta ainda a teoria de que um aumento de salários generalizado pode provocar uma espiral inflacionista. “A ser seguido este receio perdem as empresas, porque se não houver aumentos salariais vai haver menos consumo e os custos de produção vão aumentar; e perdem os trabalhadores porque vão sentir na pele a perda do poder de compra”.

Atratividade

João Dias da Silva começou a sua intervenção com um lamento: “Quando a negociação sobre o aumento salarial intercalar deste ano termina com os 0,9% que já constavam do OE anterior é o sinal claro de uma determinada forma de fazer a negociação”.

Para o secretário-geral da Federação Nacional da Educação, 2021 foi um ano marcado pela ausência de negociação coletiva na Administração Pública. “Já vem de anos o hábito de transformar os processos de negociação numa espécie de procedimentos pró-forma através dos quais na realidade nada se negoceia e acorda”, referindo que esta é uma aprendizagem a ser feita pela Administração Pública no sentido de adquirir hábitos e comportamentos que estão inscritos na lei. “Ainda não houve reconhecimento desse caminho de compromisso que é essencial em termos de paz social”.

João Dias da Silva é da opinião que o esforço dos sindicatos na construção de contratos coletivos deve ser reconhecido. “Hoje é extremamente significativo para os trabalhadores verificarem que há na negociação coletiva um ganho na adesão que tem a ver com as

condições em que se exerce a saúde, segurança, preservação das condições de vida pessoal e conciliação com a vida familiar. São fatores que temos de introduzir cada vez mais na negociação coletiva como fatores de atratividade”, concluiu.

Importância da mediação

O último orador a intervir durante a manhã foi Ricardo Bernardes, subdiretor-geral da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, que explicou as competências da DGERT na apreciação final de vários IRCT's e na mediação da negociação de convenções coletivas.

Socorrendo-se de alguns dados, Ricardo Bernardes referiu que após um período de perda de dinamismo, muito por culpa da Covid-19, assistiu-se, num período recente, a uma recuperação progressiva e sustentada da negociação coletiva, tanto no número de convenções publicadas como na sua cobertura.

Ricardo Bernardes deixou também alguns desafios futuros para dinamizar a negociação coletiva, nomeadamente relacionados com a economia digital e com o alargamento da cobertura a outras categorias de trabalhadores, como os trabalhadores em regime *outsourcing*.

Valorização

A segunda metade da conferência disse respeito às “Perspetivas de futuro sobre a negociação coletiva na Europa”, um debate moderado pelo secretário-geral adjunto da central sindical, Sérgio Monte.

Oliver Röpke foi o primeiro orador e começou por afirmar que a negociação coletiva é o ADN dos sindicatos e abordando as consequências da guerra na Ucrânia explicou que há países em que os direitos humanos não são respeitados e que os direitos dos sindicatos e dos parceiros são negligenciados.

O presidente do Grupo II dos Trabalhadores do Comité Económico e Social Europeu sublinhou a importância deste organismo como ponte entre a sociedade civil e as instituições em Bruxelas. “A negociação coletiva é um dos principais direitos fundamentais no trabalho e está no centro do diálogo social. Não se trata apenas de salários mínimos, de lutar contra a pobreza. Vai muito além disto”, aludindo também ao decréscimo das taxas de cobertura. Para Oliver Röpke, é altura de fortalecer a negociação coletiva na Europa. “Os países com negociação coletiva e sindicatos robustos têm salários mais elevados, maior produtividade e taxas de desemprego menores. Tudo isto indica claramente que a negociação coletiva é o grande benefício”, afirmou.

Menos horas, maior produtividade

Também Esther Lynch reforçou a ideia de que a negociação coletiva na Europa tem de passar por colocar maior controlo nas mãos dos trabalhadores, dando o exemplo da semana de quatro dias de trabalho para que



Carlos Silva no discurso de abertura.



Da esquerda para a direita: Esther Lynch e Maria Helena André

se possa receber o mesmo salário, com menos horas de trabalho e maior produtividade.

A secretária-geral adjunta da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) é da opinião de que, na pós-pandemia, deve haver uma reavaliação do trabalho que é feito predominantemente por mulheres. “Estamos a falar de cuidadoras, funcionárias da limpeza, de empregos que estavam disfarçados como não qualificados. Falamos de trabalhos essenciais e há uma necessidade efetiva de reavaliar o valor desse trabalho”.

A sindicalista alertou também para a problemática da privacidade e da vigilância no local de trabalho. “Tantos trabalhadores que são monitorizados ao segundo diariamente, não há um único momento que possam descansar. Temos de colocar os sindicatos a perceber o que está a ser monitorizado e impedir a invasão de privacidade dos nossos trabalhadores”.

Solidariedade

Por seu turno, Maria Helena André confessou que é difícil para os sindicatos conseguirem tudo a que se propuserem, mas têm de estar presentes e preparados para influenciar a via que a Europa tem de seguir. “Hoje vejo os desafios europeus muito mais integrados naquilo que é a sua influência no mundo. A Europa continua a ser um modelo muito importante e o exemplo que temos

da Diretiva do Salário Mínimo é um modelo importante porque coloca no centro da discussão europeia algo que tínhamos perdido: a solidariedade”.

Alertando para os tempos complexos que se adivinham graças aos níveis de inflação, a diretora da ACTRAV - OIT exorta os sindicatos a estarem à mesa das negociações para uma negociação coletiva forte. “Estamos muito longe daquele que é um dos objetivos da OIT e da sua declaração do centenário que é o facto de ter um desenvolvimento económico e social centrado no ser humano”.

A antiga ministra do Trabalho e Segurança Social crê que a concertação social tem de melhorar a capacidade das empresas, mas também repartir os ganhos de forma equitativa pelos trabalhadores. “Os sindicatos não devem ter medo de debater a produtividade. Tem de ser um instrumento fundamental da negociação por parte das organizações sindicais”.

O encerramento da conferência foi feita pela presidente da UGT, Lucinda Dâmaso, que classificou a mesma como uma grande rampa para o Congresso do dia seguinte. “Os painéis de oradores trouxeram-nos reflexões e desafios que não nos podem deixar sossegados. Partimos com mais responsabilidades. Os trabalhadores esperam de nós trabalho e ação que lhes permita ter melhores condições de vida e de salário”. 



Por empregos decentes e salários dignos

Com os valores de Abril a pairarem no ar, o Congresso da UGT consolidou a sua postura de diálogo mas também de luta. A prioridade está no aumento dos salários e no reforço da negociação coletiva. Mário Mourão foi eleito secretário-geral e Lucinda Dâmaso mantém o cargo de presidente

Liberdade e união. Foram talvez as palavras mais utilizadas durante o 14.º Congresso da UGT, realizado nos dias 23 e 24 de abril, no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, com os lemas "Por empregos decentes e salários dignos" e "É urgente reforçar a Europa social".

A data, o local, o facto de a UGT ser uma central livre e democrática, remeteram para os dias mais importantes do País naquele Abril de 74, quando o povo se libertou do regime ditatorial à boleia da coragem de um homem: Salgueiro Maia. Daí que a UGT tenha decidido homenagear precisamente os heróis de Abril. "Devemos a Santarém ter saído daqui, de forma simbólica, a coluna militar liderada por um homem extraordinário, que nada quis do poder, foi maltratado no fim da vida, mas que por isso é hoje aqui

lembrado: Fernando Salgueiro Maia". As palavras de Carlos Silva tiveram como consequência a primeira salva de palmas do discurso.

Com o hino do MFA de fundo, foi visualizado um vídeo de homenagem aos militares de Abril e distribuídos cravos vermelhos a todos os presentes. Também Amílcar Coelho e José Manuel Sampaio, dois dos "rapazes dos tanques" de abril e antigos dirigentes da UGT, foram alvo de homenagem.

Antes disso, o Rancho da Ribeira de Santarém proporcionou o habitual momento musical, a que se seguiram momentos de emoção. Na plateia, o 1.º secretário da Embaixada da Ucrânia, Oleksandr Prokopiuk, de mão no peito, emocionava-se com o hino do seu país numa homenagem às vítimas da guerra. De seguida, uma

recordação de todos os dirigentes de sindicatos filiados na UGT falecidos durante o último mandato. (ver caixa)

Desafios

Ao secretário-geral cessante seguiram-se discursos de várias personalidades do mundo sindical como Maria Helena André, diretora da ACTRAV-OIT, Sharan Burrow, secretária-geral da Confederação Internacional de Sindicatos, Luca Visentini, secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos, Oliver Röpke, presidente do Grupo II dos Trabalhadores do Comité Económico e Social Europeu, e Francisco Assis, presidente do Comité Económico e Social Europeu, entre outros.

Também presente esteve Ana Mendes Godinho, que defendeu a concertação social e a negociação coletiva como “pedras basilares” do crescimento inclusivo, apelando a Mário Mourão que traga “novas dimensões” para a negociação coletiva, que necessita de um “movimento sindical forte e inovador”.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social referiu as novas formas e relações de trabalho que trazem mais desafios, que “necessitam de um movimento sindical forte, dinâmico, em permanente reinvenção, e que seja também fator de inovação e de coesão social”.

Não à austeridade

Ana Mendes Godinho elogiou Carlos Silva como parceiro de confiança no “desafio mais exigente das nossas vidas para garantir a proteção dos salários, a defesa dos trabalhadores e dos postos de trabalho”.

A ministra referiu ainda que a austeridade nunca pode ser a solução para os problemas. “Os tempos de crise não podem ser pretexto para o ensaio de modelos ideológicos que se baseiam no corretivo ou no castigo aos trabalhadores, no travão ao bem-estar das famílias, no salve-se quem puder ou no quem tiver jeito ou alguns privilégios ou alguns conhecimentos que lhe dão tratamento especial”.

Apesar de não estar presente fisicamente, Marcelo Rebelo de Sousa fez questão de deixar uma mensagem em vídeo. “Em democracia, os sindicatos e as centrais sindicais são um pilar fundamental de defesa dos direitos dos trabalhadores mas dos direitos em geral, individuais e coletivos”, começou por dizer.

O Presidente da República referiu que o papel da UGT, desde o tempo da Carta Aberta, “acompanha o avanço da democracia portuguesa, a afirmação do pluralismo, da liberdade, da capacidade de mudança e também da inovação nos horizontes de futuro”.

Reforçando que a UGT atravessou um período complicado com crises económicas e uma longa pandemia, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que o ciclo que agora começa “apela à coragem, determinação, à imaginação e inovação das novas lideranças”.

Dessindicalização

Após a aprovação, por larga maioria, do regimento do Congresso, com nove votos contra e três abstenções,

entrou-se na apresentação e discussão do relatório do Secretariado Nacional.

No discurso político-sindical, Carlos Silva lembrou que o último mandato teve de ser prolongado por força da pandemia de Covid-19. “Ao longo de cinco anos vivemos ininterruptamente sucessivas crises, a maior parte delas externas. Crises que condicionaram a atividade económica do País, a vida dos trabalhadores, reestruturações, algumas delas selvagens, nomeadamente no setor financeiro”. Falando sobre a perda de sindicalizados, o secretário-geral cessante explicou que a mesma não ocorre pela saída para outros sindicatos mas antes devido às perdas de emprego e às rescisões por mútuo acordo que impedem a sindicalização. “Nunca abandonámos ninguém!”, retorquiu. Carlos Silva referiu também que nunca mudou o seu modo de atuação em função do governo sendo, acima de tudo, sindicalista. “Quem estiver no governo, tem de nos ouvir! E foi aquilo que fizemos.”

Fim de uma era

Carlos Silva não esqueceu os problemas que assolaram o setor bancário, de onde é oriundo. “Relembro que a convenção coletiva do setor bancário foi ameaçada de ser destruída durante cinco anos e foi precisa muita paciência, muito sangue, suor e lágrimas dos nossos sindicatos”, desafiando o Governo a cumprir a Agenda do Trabalho Digno. “Metade dos contributos são da UGT, fomos nós que os propusemos”, dando o exemplo do lay-off simplificado. Depois de garantir que fará o que for necessário para que Mário Mourão tenha “o mesmo apoio por parte da família da UGT”, Carlos Silva deixou críticas à outra central sindical: “Tinha vergonha de ser membro da concertação e aproveitá-la só para mandar mensagens ao País através das televisões, das rádios e dos jornais. É à boleia da UGT, dos patrões e dos governos que a CGTP faz a sua campanha difamatória contra nós todos os dias nos locais de trabalho”.

Após as intervenções, Carlos Silva despediu-se com uma frase de Mário Soares. “Só perde quem desiste de lutar. E eu nunca perdi porque nunca desisti de lutar.”

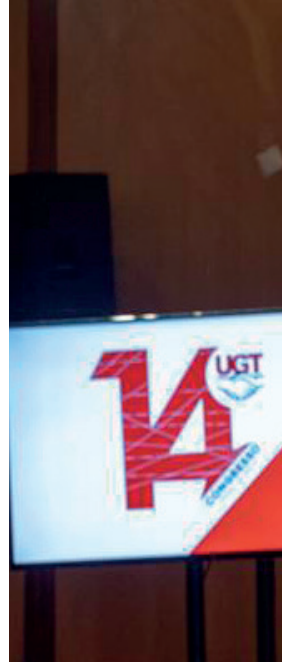
O relatório de atividades foi aprovado por larga maioria, com 14 votos contra e oito abstenções. ▶

Os nomes que não se esquecem

Antes do início dos trabalhos, a UGT passou um vídeo de homenagem aos dirigentes de sindicatos falecidos durante o último mandato (2017-2022). Destacamos os nomes com passado ligado ao SBSI/MAIS: Delmiro Carreira, João Teodoro, João Mascarenhas, Joaquim Maurício e Sebastião Fagundes.

Prioridades bem definidas

O novo secretário-geral tomou posse e aproveitou o discurso para deixar as grandes linhas orientadoras para os próximos quatro anos. A UGT continuará a ter uma postura dialogante, exigirá o mesmo dos restantes parceiros sociais e quer ver os salários aumentados



A apresentação da Resolução Programática, com as grandes linhas de orientação político-sindical e o Programa de Ação 2022-2026, foi apresentada pelo candidato a secretário-geral, Mário Mourão, e por António Fonseca, presidente do Mais Sindicato.

Mário Mourão começou por afirmar que apesar de Portugal ter vivido com as limitações da troika e mais recentemente com a pandemia e a guerra na Ucrânia, isso não fez perder "a vontade e determinação em continuarmos a lutar pelos valores e princípios que nos regem".

O presidente do SBN sublinhou a união da central e que cada congresso "é um sinal de revitalização e reforça cada vez mais o poder dos trabalhadores. Com todos nunca seremos demais para defender aqueles que representamos".

Combate

Mário Mourão reforçou que um governo estável como o atual permite assegurar que os processos de reestruturação, de fusões, de reorganização de empresas "salvaguardem os postos de trabalho e assegurem uma adequada reconversão profissional dos trabalhadores, em vez de optarem por meios baratos e fáceis de implementar como as rescisões por mútuo acordo e os despedimentos coletivos".

O novo secretário-geral garantiu que a UGT, enquanto parceiro social, estará atenta ao uso dos fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência e "pugnará sempre por um mercado de trabalho mais justo e inclusivo, a recuperação dos direitos dos trabalhadores, uma legislação laboral mais justa e equitativa, uma maior justiça social e valorização dos salários".

Respeito

António Fonseca focou a sua intervenção no setor bancário e nos problemas a ele associados. "A classe bancária está a ser destruída, começou de maneira silenciosa com as reformas antecipadas e pré-reformas que retiraram milhares de trabalhadores do setor até ao estrondoso escândalo dos despedimentos coletivos", disse, contestando o encerramento de balcões por todo o País e questionando o comportamento dos bancos. "Se há bancários a mais porque são sujeitos a horas de trabalho extraordinário que não são pagas?".

O presidente do Mais Sindicato reforçou que a UGT tem um papel fundamental na sociedade portuguesa, uma postura responsável que lhe granjeou o respeito institucional, que lhe permite ser o parceiro social em que os trabalhadores se reveem. "Se hoje existe diálogo social em Portugal devemos à UGT".

Sindicalizar

Falando sobre o futuro, António Fonseca apelou à sindicalização, combatendo a descrença dos trabalhadores nos sindicatos. "É nossa missão mostrar-lhes que são mais fortes se fizerem parte de um coletivo com os mesmos objetivos, apostando seriamente na proximidade, estando ao lado dos trabalhadores quando as coisas correm bem mas principalmente quando correm mal."

Para uma maior paridade sindical

Foram sete as moções de urgência submetidas a votos e relacionadas com vários setores como a Administração Pública, a Justiça e a Indústria e Energia.

A última moção teve o nome "Para uma maior paridade sindical" e foi apresentada por Cristina Trony, vice-presidente da Comissão de Mulheres da UGT e diretora do MAIS.

Na moção pode ler-se que "as mulheres continuam a não estar representadas em lugares de decisão, por lhes serem bloqueados os acessos por fatores de ordem social, económica e cultural".

(...) A Comissão de Mulheres da UGT "considera fundamental a aposta de mulheres na negociação coletiva, enquanto instrumento fundamental no combate às desigualdades, quer pela via de uma maior participação das mulheres nas mesas negociais, quer por via da introdução de cláusulas que visem a conciliação da vida familiar e profissional".

Esta moção, subscrita pela Comissão de Mulheres da UGT – composta por Lina Lopes, Cristina Trony, Manuela Felício, Célia Grossinho, Soraia Duarte e Patrícia Caixinha – foi aprovada por unanimidade.



O vice-presidente da UGT terminou dizendo que a central tem um papel fundamental na luta por melhores condições de vida e de trabalho “fazendo valer a sua força na concertação social. Somos uma central sindical responsável que atua com inteligência e não conduz os trabalhadores com cantos de sereia que não servem nenhum interesse”. A Resolução Programática foi aprovada com 13 abstenções e sem votos contra.

Durante os trabalhos também intervieram outros elementos do MAIS como Tânia Maltez, Maria Eugénia Silva e Marco Oliveira.

Prioridade

Aprovado o programa para os próximos quatro anos procedeu-se à votação, tendo o novo secretário-geral merecido a confiança de 455 delegados. 77 votaram contra, com 34 votos em branco e 8 nulos.

No discurso de encerramento, Mário Mourão elegeu os aumentos salariais como prioridade, em especial o salário médio. “Vamos pugnar com determinação pelo aumento médio dos salários (...) que já pouco se distinguem do salário mínimo”.

O novo secretário-geral rejeita ainda que o aumento salarial venha a provocar uma espiral inflacionista “esvaziando assim argumentos que não têm qualquer razão de ser”.

Concertação social

Mário Mourão admite que será difícil obter unanimidade em sede de concertação social, mas alerta que o Governo e os parceiros sociais “têm de assumir um papel mais ativo e permanente na resposta urgente e na implantação de uma estratégia de desenvolvimento. Deve exigir-se um diálogo franco, aberto, buscando os maiores denominadores comuns”, deixando a garantia de que a UGT terá sempre uma postura dialogante mas exigirá o mesmo dos restantes parceiros.

Mourão esclareceu que o combate pelo aumento dos salários “não será travado contra o Governo, mas sim com o Governo. É ao Executivo que compete, em última instância, encontrar equilíbrios necessários com os restantes parceiros para dignificar os trabalhadores”. ▶



O MAIS na UGT

São vários os elementos ligados ao Mais Sindicato que farão parte dos órgãos sociais da central sindical. Excetuando os três primeiros órgãos, divulgamos os eleitos que pertencem ao MAIS.

Secretário-geral: Mário Mourão (SBN);

Presidente: Lucinda Dâmaso (SPZN);

Mesa do Congresso e Conselho Geral: Efetivos - Carlos Almeida (SOJ), Jorge Santos (SINDEL), Marco Oliveira e Afonso Quental (MAIS), Raúl Santos e Miguel Fernandes (SBN);

Suplentes – Manuel Pereira (SPZN), José Santos (SITESE), Maria Azevedo e João Barnabé (SINTAP), Maria Eugénia Silva (MAIS) e Manuel Fernandes (SINDETELCO);

Secretariado Nacional: Efetivos - António Fonseca, Cristina Damião, Daniel Matos, Humberto Cabral, João Ferreira, João Toscano, Mónica Gomes, Pedro Soares e Vânia Ferreira;

Suplentes – Mário Rui Costa, Nuno Valente, Luís Roque, Luís Pessoa, Maria Duarte, Nuno Filipe, Paulo Silva, Sónia Costa e Teresa Baltazar;

Conselho Fiscalizador de Contas: Rui Lavoura e Adelino Duarte;

Conselho de Disciplina: Efetivo - José Manuel Martins; Suplente - Amália Varela.



“A UGT continuará a ser uma ce

O presidente do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal é o senhor que se segue na liderança da UGT, que continuará assim a ter um bancário como secretário-geral. À Mais Bancário garante que os princípios do diálogo e da concertação continuarão a fazer parte da génese da central sindical.

P - O que o levou a candidatar-se à liderança da UGT?

R – Foi o apelo que me foi lançado por um grupo de sindicalistas que lideram sindicatos constitutivos da UGT. De qualquer forma, a liderança de uma organização como a UGT é o expoente máximo de uma carreira sindical. É também um novo desafio que um sindicalista não rejeita, apesar das adversidades que enfrentamos e dos novos problemas que se colocam ao mundo do trabalho.

P – A linha estratégica da central vai manter-se?

R – A linha estratégica será aquela que a qualquer momento for determinada pela situação que vivermos, mas, acima de tudo, a que os sindicatos definirem. A UGT é uma central de sindicatos e temos de

interpretar aquela que for a vontade dos nossos filiados e de cada setor. Uma certeza posso já afirmar: a UGT continuará a ser uma central de compromisso, de propositura, de diálogo e de concertação.

P – A UGT terá novamente um bancário como secretário-geral. Isso será uma mais-valia para os trabalhadores do setor?

R – A UGT defenderá todos os sindicatos e todos os setores representados pelos seus filiados. Não estaria a ser verdadeiro se dissesse que, naturalmente, não continuarei a prestar atenção ao setor financeiro. Mas o secretário-geral tem de ser imparcial e defender todos os setores e todos os sindicatos que nela procurem respostas para os seus problemas.

Diálogo prioritário

P - Como vê o estado da concertação social em Portugal?

R – A concertação social tem hoje, como sempre, um papel fundamental para o estabelecimento de compromissos com vista ao equilíbrio necessário entre empresas e trabalhadores. É certo que se verificou recentemente na concertação uma situação de abandono de uma das partes, situação essa que foi, entretanto, rapidamente corrigida. De facto, todos os parceiros, incluindo o Governo, são indispensáveis para a construção de soluções capazes de fazer progredir o País com justiça social. A UGT é uma central que continuará a privilegiar este fórum, dando os seus contributos, caso a caso, para resolver os problemas que afetam os trabalhadores portugueses e as suas famílias.

P – Vai insistir com o Governo para alterar algumas medidas laborais que ainda existem desde o tempo da troika?

R – É inevitável. Vamos lutar para que assim aconteça. Algumas são injustificadas e injustificáveis, penalizando mais fortemente os trabalhadores. Basta citar as questões do princípio mais favorável e de não permitir que a caducidade seja automática. É imperativo que se institua uma entidade que possa fazer a mediação entre os interesses dos trabalhadores e do patronato. Para além do mais, trata-se de uma medida da mais liminar justiça.

P – Um governo com maioria absoluta pode complicar a tarefa à UGT, nomeadamente na concertação social?

R – Não me parece que isso possa acontecer. Este já não é o primeiro Governo de maioria absoluta e a UGT

mais do que isso, uma vez que também é composta de coisas de que não gostamos. A UGT estará atenta a esses fenómenos, em consonância com os nossos sindicatos e com todos os setores da sociedade portuguesa que rejeitam o advento de tais organizações fascizantes. Saberemos dar respostas plausíveis àqueles que querem introduzir no País os germes de que se alimenta a extrema-direita.

Futuro

P - Como pretende relacionar-se com a CGTP?

R – Da mesma forma que a CGTP pretender relacionar-se com a UGT. Até porque, para além das relações – ou da falta delas – ao mais alto nível, há sindicatos da UGT que continuam e continuarão a desenvolver ações conjuntas com os seus homólogos

Mais sindicalismo, melhores condições

P - O sindicalismo está em crise?

R – A crise do sindicalismo é a mesma de muitas organizações, instituições e setores que compõem a nossa democracia. Claro que o movimento sindical já viveu melhores momentos, o que significa que as relações de trabalho, que mudaram muito nos últimos anos, não foram acompanhadas pela adaptação de muitas das organizações representativas dos trabalhadores. O sindicalismo é uma atividade de proximidade e de compromisso para com todos os associados que compõem os sindicatos, em quem delegaram a sua confiança para os defender, designadamente nos momentos mais difíceis. É, também, uma atividade em que a proatividade se supera à reatividade.

P – Em que medida?

R – Quero com isto dizer que exige lideranças capazes de antecipar a eclosão de crises, quer no setor social, quer no económico, quer ainda no político, a fim de que, quando elas se revelarem, os sindicatos já estejam preparados com propostas suscetíveis de proporcionar uma discussão construtiva, ao mais alto nível, com todos os parceiros sociais, e não para terem respostas que não lhes permitem mais do que “correr atrás do prejuízo”. Não partilho da opinião de alguns “velhos do Restelo”, que se apressam a colar crises à existência dos sindicatos.

P – As pessoas estão descrentes no movimento sindical?

R – Admito que haja algum descontentamento, tal como em muitos setores. No entanto, isso não implica que os trabalhadores não se revejam nas suas organizações. Todos sabemos que nos países onde há uma atividade sindical mais forte, os trabalhadores têm melhores condições laborais e de vida. É certo que em Portugal temos um longo caminho a percorrer para nos colocarmos a par dos países onde a prática sindical é mais pujante, mas haveremos de lá chegar através da UGT. ▀

ntrol de compromisso”

sempre ultrapassou as dificuldades. Com ou sem maioria absoluta, um governo é sempre uma de três partes. E, como nos casos antecedentes, a concertação social é um fórum que mantém a mesma composição, independentemente do número de deputados que o partido do Governo tenha na Assembleia da República.

P – Como pode a UGT reagir perante os movimentos populistas que surgem cada vez mais no panorama político?

R – Em primeiro lugar, devemos estar preocupados e atentos, pois vão surgindo em várias situações, políticas e sociais. São movimentos que vivem sobretudo à custa dos insatisfeitos da vida, prometendo-lhes paraísos inatingíveis. Prometem às pessoas o que elas querem ouvir, mesmo que tais promessas estejam em completa dissonância com a realidade. Aproveitam-se do facto de muitas pessoas quererem ouvir apenas o que julgam que supostamente poderia ser feito para satisfazer as suas vontades, esquecendo-se que a vida é muito

da CGTP, contando sempre, para isso, com o apoio da UGT. De resto, desde sempre que a UGT privilegiou o princípio da unidade na ação, em detrimento de uma unicidade que, atentando contra os princípios democráticos, começou a dar os últimos suspiros com a constituição da Carta Aberta.

P- Vai manter-se como presidente do SBN?

R – Sim, vou manter-me. Sei que, obviamente, vai ser uma situação de muito maior exigência pessoal, a todos os níveis, mas sinto-me motivado para prosseguir este duplo desafio, com a maior determinação. De resto, para o desempenho destes cargos terei o apoio de equipas competentes, situação que me deixa mais confortável. Para além do mais, ainda há pouco tempo fui reeleito presidente, pelo que não faria qualquer sentido virar as costas aos que em mim confiaram para as referidas funções. Só um problema de natureza física – que naturalmente espero não venha a ocorrer – me faria vacilar na minha determinação. ▀

Jornadas da Juventude nos Açores

Vale a pena ser sindicalizado!

As vantagens de ser sindicalizado, a missão do Mais Sindicato a nível regional e os desafios laborais no pós-pandemia marcaram as Jornadas da Juventude por terras açorianas



Pedro Gabriel

As II Jornadas da Juventude realizaram-se na Horta entre os dias 1 e 3 de abril. A Comissão da Juventude, composta por Tânia Maltez, Luís Roque e João Gomes, foi a anfitriã.

A sessão de abertura iniciou com o chamado “quebra-gelo”, onde os participantes foram desafiados a fazer um círculo e a darem-se a conhecer.

Luís Roque explicou que a Comissão da Juventude criou estas jornadas pois é mais difícil para os jovens dos Açores participarem nas atividades da Comissão e do Sindicato. “Por pretendermos estar mais perto dos nossos sócios, independentemente da localização geográfica, encontrámos esta forma de reunir com os jovens dos secretariados de Angra, Horta e Ponta Delgada”.

Sindicalizados

O primeiro painel teve como tema “Ser sindicalizado, a tua melhor proteção”. O presidente do MAIS, António Fonseca,

acompanhado por Tânia Maltez, explicou a história de quase 90 anos do Sindicato e do SAMS, e referiu que desde sempre houve a preocupação de zelar pela saúde dos associados.

Ambos elencaram as principais vantagens de ser sócio do Sindicato e beneficiário do SAMS, dando especial destaque ao Fundo Sindical de Assistência (FSA).

No início do painel, os participantes foram convidados a escrever no quadro quais as vantagens que esperam obter como sócios, tendo-se chegado à conclusão que a esmagadora maioria é proporcionada pelo Mais Sindicato.

Regionalização

O segundo painel, subordinado ao tema “A missão regional do Mais Sindicato”, contou com a presença de António Bettencourt, Afonso Quental e José Reis, coordenadores das Secções Regionais da Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, respetivamente.

Ponto comum entre os três intervenientes foram as





atividades realizadas por cada um dos Secretariados. Afonso Quental explicou que a relação de proximidade é um dos motivos para uma taxa de sindicalização no Mais Sindicato de quase 100%.

Ainda neste painel foi explicado o processo de comparticipação de despesas de saúde no continente nos casos em que os atos médicos não existem no arquipélago e feito um balanço da situação laboral na região.

A forma de apuramento das equipas dos Açores para os diversos campeonatos desportivos também foi um dos temas abordados.

Reorganização

O último painel, cujo tema foi “Desafios sindicais e laborais pós-pandemia”, teve como oradoras Cristina Trony e Cristina Damião, membros da Direção do Mais Sindicato.

Cristina Trony afirmou que o enquadramento laboral durante a pandemia trouxe novos desafios para

trabalhadores e empresas com a introdução do teletrabalho, mas também consequências como mais encargos com material informático, mais horas de formação e dificuldades na conciliação entre a vida pessoal e profissional. O trabalho presencial também sofreu mudanças com a redução de trabalhadores e de espaços físicos e alteração das funções.

Para Cristina Trony, os sindicatos precisam de alterar a sua abordagem e adaptarem a contratação coletiva à nova realidade e à resistência de algumas entidades patronais em aplicarem políticas de trabalho flexível.

Bloqueios

Já Cristina Damião efetuou uma exposição sobre o estado da contratação coletiva e dos desafios que o MAIS tem enfrentado nas mesas negociais.

A responsável pelo Pelouro da Contratação explicou que as reestruturações dos quadros de pessoal sempre existiram porque o ACT permitiu e facilitou reformas após os 55 anos.

“Era assim que a banca ia gerindo os quadros de pessoal. A diferença para o pós-pandemia foram os despedimentos”, especificou.

Cristina Damião referiu ainda que o problema do mundo do trabalho atual é que nada é garantido, acusando os bancos de usarem a desculpa da pandemia e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia.

“Cada vez mais há bloqueios à negociação coletiva”, concluiu.

António Fonseca e Tânia Maltez fizeram o encerramento dos trabalhos, antes do sorteio de vouchers para os alojamentos do Sindicato no Centro de Férias, Parque de Campismo e apartamentos no Algarve, bem como um quiz com perguntas de âmbito geral, sobre o Sindicato e sobre o arquipélago dos Açores. 



Queres participar nos Núcleos? Inscreve-te!



Uma anterior reunião de Núcleos, no final de 2021

O GRAM está a dinamizar a atividade dos Núcleos e lança um repto às sócias: juntem-se a nós! Basta inscreverem-se na respetiva Secção Sindical

INÊS F. NETO

Para quem não sabe, os Núcleos são um importante elo de ligação entre o GRAM e a realidade das várias zonas de vida e trabalho das associadas e estão adstritos à respetiva Secção Sindical de Empresa ou Regional. Ao longo dos anos que levam de existência, muitas sócias têm participado, dando sugestões de iniciativas, reportando problemas e dificuldades das bancárias da sua área, debatendo temas atuais ou propondo novas formas de abordagem.

Mas como em tudo na vida, a disponibilidade nem sempre é a mesma e, por vezes, a vontade esmorece e a participação diminui e em alguns casos, felizmente poucos, chega mesmo a extinguir-se.

Tal é lamentável para todos, pois significa que certas áreas geográficas ou empresas ficam ausentes das reuniões e as sócias sem representação para fazerem

chegar ao GRAM os problemas específicos das mulheres bancárias.

Recorde-se que através dos Núcleos, o GRAM já contribuiu muito na resolução de problemas concretos ou no conhecimento de dificuldades e/ou dilemas, que transmitiu à Direção.

Porta-voz

Para colmatar essa situação, o GRAM está a proceder a uma atualização da base de dados junto dos Secretariados Sindicais e, ao mesmo tempo, lança um convite às sócias para que adiram e colaborem. O objetivo é dinamizar os Núcleos, para que todos eles tenham a mesma representação. Não é difícil. De acordo com os Estatutos, o Núcleo pode ser composto por três elementos efetivos e três suplentes.

Sejam as porta-vozes das colegas. Inscrevam-se no Núcleo da respetiva Secção Sindical e participem. Todas fazem falta! ▶



Despedimentos coletivos na banca:

ao arrepio das regras legais,
morais e éticas

Em nenhum momento dos processos que culminaram nos despedimentos coletivos foi demonstrado ou sequer alegado que estas reestruturações eram tidas como fundamentais ou imprescindíveis para a continuidade da atividade ou para a viabilidade dos próprios Bancos. Este comportamento visa unicamente o aumento dos lucros, desconsiderando e desvalorizando o papel dos trabalhadores

JOÃO ESCARDUÇA*

A necessidade de proteger o emprego e as empresas, a necessidade de regular e regulamentar aquilo que hoje comumente se chama de despedimentos coletivos, faz-se sentir no ordenamento jurídico português desde o dealbar da revolução industrial.

Com o advento do pós-guerra e a crescente industrialização do País, nas décadas de 50 e 60 do século passado, aumentaram as exigências de proteção ►

e segurança do emprego e dos trabalhadores o que, só por si, representava um importante desafio para a classe empresarial e para o Governo, de cariz fascista e ditatorial, que então comandava, com mão de ferro, os destinos coletivos do País.

Importava dotar as empresas e os trabalhadores de regras e mecanismos que, por um lado, assegurassem e garantissem a liberdade de iniciativa económica privada e, por outro, que respeitassem, tanto quanto possível, o princípio da segurança no emprego e a proteção dos trabalhadores, cada vez mais imbuídos de um sentimento de classe que lhes conferiu uma capacidade reivindicativa, tanto maior quanto maior fosse a união e a organização coletiva dos trabalhadores.

Segurança no emprego**

Dessa união e elevada capacidade organizativa os bancários sempre foram um exemplo para o País, quer por terem sido das primeiras classes profissionais em Portugal a organizarem-se sindicalmente quer pelos instrumentos de regulamentação coletiva negociados que constituíram, nessa altura, um farol para o País e para os diversos movimentos de trabalhadores de várias profissões que, de Norte a Sul, se preocupavam em organizar e aumentar a segurança do emprego, a melhoria das condições de trabalho e a capacidade reivindicativa.



Com o decorrer do tempo, com a evolução industrial e tecnológica, com a crescente consciencialização de classe dos trabalhadores, a legislação também evoluiu, adaptou-se e hoje, quase 50 anos depois da instauração de um regime democrático em Portugal, é pacífico e consensual que a segurança no emprego é, e deve continuar a ser, um bem jurídico constitucionalmente consagrado e devidamente protegido. Protegido da arbitrariedade, do abuso, do autoritarismo e da ausência de justa causa para despedir.

É certo e sabido, não o podemos nem queremos ignorar, que, por vezes, a redução do emprego e o despedimento são o único meio possível para garantir a recuperação económica de uma empresa e, consequentemente, a manutenção de postos de trabalho, a continuidade da vida da empresa e a própria contenção do desemprego, que será inevitavelmente maior, sempre que uma empresa em vez de falir e cessar a atividade se puder reestruturar e continuar a laborar.

Viabilidade comprometida?

O nosso ordenamento jurídico permite que, sempre que uma empresa tiver a sua viabilidade comprometida por motivos de mercado, motivos estruturais ou motivos tecnológicos, possam ser cessados os contratos de trabalho através do recurso ao despedimento coletivo, cfr art.º 359.º do Código do Trabalho.



Mas será que esta disponibilidade legal, esta permissão legislativa, confere ao empregador carta branca para recorrer a este instituto sempre que este o ache adequado? Conjugando as disposições legais com o preceito constitucional do art.º 53.º estamos em crer que não, pois apenas deverá ser permitido a um empregador proceder a um despedimento coletivo sempre que esta seja a única forma, a última medida para evitar o estrangulamento da empresa, a falência ou o cessar da atividade.

Despedimentos sem regras

Para os trabalhadores bancários, infelizmente, o conceito de despedimento coletivo está na ordem do dia, pois o contexto pandémico foi aproveitado por duas instituições bancárias, para, apesar dos lucros de centenas de milhões de euros que apresentaram, reduzir pessoal, emagrecer os quadros e reestruturar departamentos ao arrepio, no nosso entendimento, de todas as regras legais, morais e éticas, como esperamos, em breve, ver reconhecido em tribunal, no final do processo.

As duas já referidas instituições bancárias optaram pelo recurso a esta via, cujos contornos foram conhecidos no ano de 2021, simulando um processo de redimensionamento e de rescisões amigáveis e de reformas antecipadas que culminou, numa primeira fase, com o despedimento puro e duro de todos os que se recusaram a fazer “acordos” de saída ou a rescindir “amigavelmente”.

Na verdade, a esmagadora maioria, se não todos, dos trabalhadores confrontados com propostas de rescisão ou de reforma eram desde logo “avisados” que se recusassem eram despedidos. Como se veio a verificar posteriormente.

Apenas com vista no lucro

Refira-se que em nenhum momento foi demonstrado ou sequer alegado que esta reestruturação era tida como fundamental ou imprescindível para a continuidade da atividade ou para a viabilidade dos próprios Bancos. Aliás, basta estar minimamente atento aos eventos, personalidades e atividades que os bancos patrocinam, apoiam e suportam para que se perceba que não é de sobrevivência nem de aumento de competitividade nem de necessidades urgentes de reestruturação que tratamos quando falamos em despedir trabalhadores. Este comportamento visa unicamente o aumento dos lucros desconsiderando e desvalorizando o papel fundamental dos trabalhadores, agora em vias de serem despedidos, para a existência desses lucros.

Condenar à indignância

Neste cenário é admissível que o Banco condene à indignância trabalhadores com mais de trinta anos de casa, demasiado velhos para iniciar uma nova carreira e demasiado novos para se poderem reformar? Trabalhadores que desde sempre colocaram o Banco à frente das suas próprias famílias, que se dedicaram de corpo e alma, que sempre trabalharam para lá do que lhes era exigido sem nunca reivindicarem uma hora extra, trabalhadores que sempre foram leais, competentes e diligentes, quando estaria na hora de o Banco os recompensar e lhes permitir obter a reforma, tal como combinado e acordado no momento da entrada na carreira bancária, são premiados com o despedimento e empurrados para a reforma da Segurança Social, seja lá quando for que isso ocorra.

Se dissermos que, apesar de tudo isto, estão em curso processos de recrutamento de pessoal para suprir e preencher vagas deixadas em aberto pelos trabalhadores agora despedidos, mais grave e chocante se torna todo este procedimento. Não é este o espírito da lei e do legislador e não é esta, felizmente, a prática da esmagadora maioria das empresas em Portugal.

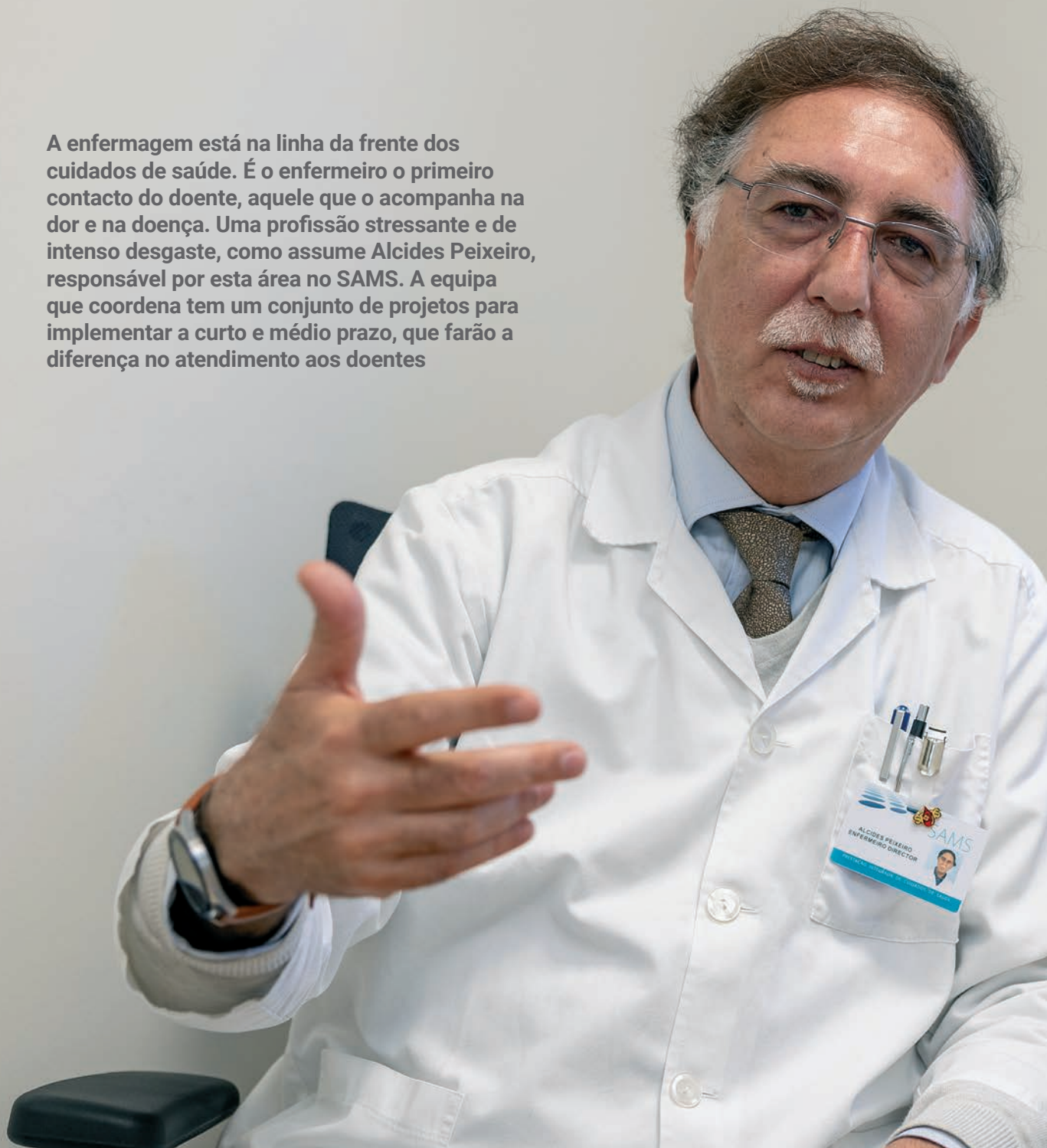
Ilícitude do procedimento

Nesta conformidade, os serviços jurídicos do MAIS aguardam com serenidade e confiança o decorrer da fase de impugnação judicial dos despedimentos e da apreciação da ilicitude do procedimento e tudo farão, em defesa dos seus associados, para repor a legalidade e a justiça com a brevidade que os nossos tribunais permitirem. ■

**Advogado do Mais Sindicato*

*** Subtítulos da responsabilidade da Redação*

A enfermagem está na linha da frente dos cuidados de saúde. É o enfermeiro o primeiro contacto do doente, aquele que o acompanha na dor e na doença. Uma profissão stressante e de intenso desgaste, como assume Alcides Peixeiro, responsável por esta área no SAMS. A equipa que coordena tem um conjunto de projetos para implementar a curto e médio prazo, que farão a diferença no atendimento aos doentes



Enfermeiro-diretor do SAMS

“Queremos aumentar a participação nas áreas da prevenção da doença”

ELSA ANDRADE

P – O enfermeiro é o primeiro contacto do doente. Qual a vantagem?

R – O enfermeiro olha para o doente/utente numa perspetiva holística, isto é, o enfermeiro recebe o doente/

utente, tendo para com ele uma visão de conjunto tentando identificar todos os problemas pessoais, familiares e da comunidade onde está inserido. Esta avaliação inicial permite encontrar respostas que passam

“ O *burnout* nas profissões de saúde, nomeadamente nos enfermeiros, é muito frequente e pode ser incapacitante. O lidar constantemente com o sofrimento do outro, com a doença, a morte, com a possibilidade de não se ser rendido, enfrentar o potencial de erro, são exemplos de situações que podem desencadear stresse. ”

pela efetiva humanização dos cuidados que são prestados. É essa a vantagem.

P – Qual a importância da triagem realizada por um enfermeiro no acesso à urgência?

R – A nossa triagem em contexto de atendimento permanente foi desenvolvida com base num determinado modelo, e adaptado à nossa realidade pelos nossos médicos de medicina interna, com o total apoio das equipas de enfermagem que participaram ao longo do processo de decisão. É neste primeiro contacto com a instituição que o doente/utente é recebido pelo enfermeiro, e este, com base no modelo de triagem instituído, determina qual o grau de urgência/emergência do doente,

para ser avaliado por médico e receber tratamento médico e cuidados de enfermagem.

Neste primeiro contacto são avaliados vários parâmetros, nomeadamente os sinais vitais, glicémia capilar, saturação de oxigénio e grau de dor, que passou a ser também um sinal vital. Depois são avaliados outros parâmetros, particularmente parâmetros neurológicos, cardiovasculares, musculoesqueléticos, pele, gastrointestinal, geniturinário, olhos, ouvidos, garganta, nariz, entre outros. No fim dessa avaliação o doente é classificado com uma cor que se traduz em emergente, muito urgente, urgente e estável. Essa cor determina também a avaliação e a intervenção da equipa de saúde em todas as suas vertentes médicas e de enfermagem, podendo ser imediata se a condição do doente assim o exigir. Como é óbvio, em casos emergentes de doentes em apneia ou paragem cardiorrespiratória, entre outras, não se faz triagem e o doente entra imediatamente para a sala de reanimação.

Lidar com a dor

P – A enfermagem está na linha da frente em cuidados de saúde. O que faz exatamente um enfermeiro? É um auxiliar do médico ou a sua função vai mais além?

R – Existe de facto essa ideia antiga, de que o enfermeiro é o auxiliar do médico. Contudo, em 1996 foi publicado em Diário da República um decreto-lei que clarifica os conceitos sobre o que é enfermagem. Assim e de acordo com esse documento, um enfermeiro tem intervenções autónomas e da sua competência, mas também interdependentes com outros profissionais de saúde, nomeadamente médicos com quem desenvolve a maior parte da sua atividade. Mas, considerando os vários contextos de trabalho de um enfermeiro, essa interação pode acontecer com técnicos de diagnóstico e terapêutica, psicólogos, assistentes sociais, etc.

P – Qual a diferença entre a função de um enfermeiro num centro de saúde e num hospital?

A grande diferença é que o papel do enfermeiro num centro de saúde tem como foco os cuidados de saúde primários, ou seja, a promoção da saúde e a prevenção da doença. Já o papel do enfermeiro em contexto hospitalar tem como objetivo intervenções de enfermagem no cuidar durante a doença. A função é, portanto, adequada de acordo com os diferentes contextos: por um lado a manutenção da saúde e, por outro, a prestação de cuidados de enfermagem de acordo com as necessidades identificadas.

P – Os enfermeiros desempenham um papel muito importante no apoio ao doente, inclusive a nível pessoal e psicológico. É difícil essa proximidade à dor e à fragilidade?

R – É evidente que é difícil, particularmente quando se começa a dar os primeiros passos na profissão. As situações de dor e sofrimento do outro tocam-nos particularmente. Ao longo do curso, vamos passando por situações e experiências nos diversos campos ➤



de estágio que podem ser extremas do ponto de vista psicológico, mas que ao mesmo tempo nos capacitam enquanto pessoas e profissionais. Na admissão ao curso de enfermagem é feita uma triagem das competências nesta área, e ao longo da formação, nos diferentes estágios, somos preparados para essas situações através de estratégias de *coping*, entendida como um conjunto de estratégias cognitivas ou comportamentais para estabelecer uma relação de ajuda com o indivíduo e com as respectivas famílias.

Stresse profissional

P – Fala-se muito de stresse profissional. De que forma atinge os enfermeiros?

R – O *burnout* nas profissões de saúde, nomeadamente nos enfermeiros, é muito frequente e pode ser incapacitante. O lidar constantemente com o sofrimento

do outro, com a doença, a morte, com a possibilidade de não se ser rendido, enfrentar o potencial de erro, são exemplos de situações que podem desencadear stresse. Recordo-me, por ainda estar bem presente, o stresse durante a pandemia nos cuidados associados ao tratamento do Covid19, nomeadamente quando a informação era escassa e ainda não havia qualquer vacina, particularmente quando os colegas que deveriam aparecer para iniciar o turno tinham contraído o vírus, e nos colegas que ficaram internados por via disso (sem expectativas quanto à evolução da sua doença). No stresse pessoal, e das chefias que não podiam desistir, que precisavam de pessoal para assegurar os cuidados, e da sua impotência ao perceber que não era possível por haver equipas inteiras contagiadas, em isolamento. Foram tempos muito difíceis, mas quando voltámos a reabrir foi possível verificar que, de um modo abnegado e muito surpreendente, as pessoas mantinham a sua resiliência e demonstravam disponibilidade para colaborar, de modo a que nunca mais tivéssemos de fazer qualquer pausa na nossa atividade.

P – Trata-se então de uma profissão de intenso desgaste?

R – Sim, sem dúvida. Só para se perceber, quando comecei a trabalhar, em 1986, a idade de reforma dos enfermeiros era aos 57 anos. Hoje segue o Regime Geral, mas os ritmos elevados de trabalho, os turnos, sobretudo as noites que alteram completamente os ritmos circadianos, o ter que trabalhar nos fins-de-semana e feriados quando a generalidade dos amigos estão de fim-de-semana, o ter de seguir o turno porque alguém faltou, tudo isso são cenários que contribuem para esse desgaste.

Equipas homogéneas

P – Muitos enfermeiros estão a emigrar, nomeadamente para o Reino Unido. O SAMS tem tido dificuldade em preencher as vagas ou tem o quadro completo? O número de efetivos é o ideal?

R – No SAMS temos desde sempre como objetivo cuidados seguros com práticas seguras, e para isso temos de ter dotações seguras para sermos uma organização segura. Nesse sentido, e seguindo as orientações da nossa Ordem Profissional, procuramos manter o número de enfermeiros adequados de acordo com um rácio enfermeiro/doente/utente, ou um rácio enfermeiro por posto de trabalho, que está definido em Diário da República, sendo que essa definição varia de acordo com os locais da prática e com o contexto em si. Temos naturalmente algumas vagas por preencher, pelo que estamos disponíveis para receber os *curricula* de potenciais interessados em abraçar o nosso projeto.

P – Com que problemas se debatem os enfermeiros do SAMS?

R – Na conjuntura atual estamos a procurar estabilizar, reorganizar e sedimentar o trabalho das equipas de modo homogéneo, com o objetivo de promover o

“Um dos indicadores de qualidade em saúde é o nível de satisfação dos utentes. Logo, se os doentes/utentes/família nos avaliam muito positivamente, isso é um sinal inequívoco sobre a qualidade dos cuidados prestados.”



desenvolvimento profissional. Mas tendo em conta a conjuntura nacional, quer a nível da saúde quer por razões económicas, diria que os problemas dos enfermeiros são os do cidadão comum.

Eficiência e eficácia

P – Considera dispor de todos os recursos necessários?

R – Nesta fase de carência de recursos a nível nacional, com os desafios diários devido ao absentismo, tem sido um desafio dar resposta às múltiplas necessidades em toda a nossa organização. Contudo, com a colaboração de todos, desde o Conselho Executivo do SAMS, da DRH e a cooperação de todos os intervenientes, seremos capazes de dar resposta às necessidades de cuidados dos nossos utentes, com eficiência e eficácia.

P – O que poderia ser melhorado?

R – Através-me-ia a responder que do ponto de vista das condições materiais, temos ao nosso dispor todas as condições para desenvolver um excelente trabalho. Já quanto a outros aspetos, o Conselho Executivo está perfeitamente inteirado do que se podia melhorar para os profissionais de enfermagem. A Direção do Sindicato está totalmente empenhada na melhoria possível das condições de trabalho, salariais e sociais, sendo que neste particular posso afirmar que somos já competitivos nalgumas matérias, face a outras instituições. Tenho esperança, e sempre fui muito positivo, que esse tipo de discussão aconteça, mas em sede própria, nomeadamente a referente às convenções coletivas, tendo sempre em mente que à partida todo o clausulado pode ser melhorado, desde que o seja numa perspetiva *win-win* das duas partes, pelo que, como sempre, o caminho se faz caminhando.

Projetos a curto prazo

P – Há alguma alteração planeada a curto ou médio prazo para a área de enfermagem?

R – A equipa de enfermagem tem como objetivo aumentar a sua participação nas áreas da prevenção da doença, por exemplo na Pediatria; consolidar a consulta de enfermagem no doente diabético; avançar com um projeto na área de apoio ao adulto e idoso, nomeadamente em Oncologia, onde pretendemos um melhor acompanhamento presencial ou telefónico; pretendemos ainda criar uma consulta de enfermagem dedicada às Ostomias. Temos outros projetos, mas os atuais constrangimentos em recursos condicionam a efetivação de um projeto antigo como o da visita domiciliária de enfermagem, ou o da introdução de “tablets” nas enfermarias para melhorar o processo assistencial de enfermagem, que está completamente informatizado.

Avaliação positiva

P – Nas cartas de agradecimento de beneficiários e utentes há sempre uma palavra de apreço para a equipa de enfermagem. Isso deixa-o satisfeito pelo desempenho da área que coordena?

R – Um dos indicadores de qualidade em saúde é o nível de satisfação dos utentes. Logo, se os doentes/utentes/família nos avaliam muito positivamente, isso é um sinal inequívoco sobre a qualidade dos cuidados prestados. A escolha criteriosa dos nossos profissionais, – procuramos tenham um comportamento que os diferencie não só pelas suas aptidões técnicas mas por terem competências emocionais acrescidas que os habilitem para a satisfação das necessidades das pessoas – permite estes ganhos em saúde. Como em todas as organizações, também recebemos por vezes feedbacks menos bons, embora raros, que não desperdiçamos de modo algum. Todo o evento menos positivo é, para nós, oportunidade de melhoria contínua, processo no qual nos empenhamos no dia-a-dia, indo assim ao encontro dos *standards* da certificação de qualidade que já dispomos, e está implementada na generalidade dos serviços do Hospital e em alguns do Centro Clínico. 



Mais dias de liberdade

Fixemos esta data: 24 de março de 2022. É o marco em que os portugueses viveram mais um dia em Liberdade do que em ditadura. São 17.500 dias de democracia contra 17.499 de fascismo.

A data significa mais do que o seu simbolismo evoca. Se no 25 de Abril de 1974 ganhámos a Liberdade, desde então trabalhámos para consolidar a Democracia que nos faltou durante 48 anos. Éramos inexperientes, mas corajosos no desejo de tornar os sonhos realidade.

Não foi um percurso linear nem isento de dificuldades. Na complexidade de construir um novo País onde tudo faltava houve avanços e recuos, mas a Liberdade e a Democracia nunca foram postas em causa.

Portugal é hoje um País desenvolvido: na saúde, na educação, na habitação, na proteção social, nos meios de produção, nas infraestruturas, na liberdade de informação e de pensamento, na justiça e nos direitos de uma forma geral.

Os trabalhadores e os seus Sindicatos lutaram contra a ditadura, celebraram a liberdade e têm lutado de uma forma constante para a consagração de melhores condições de vida e de trabalho.

Nem todas as lutas tiveram sucesso, mas nunca desistiram – nem desistem. O futuro faz-se todos os dias e os desafios não param. Uns se vencem, outros aparecem para vencer.

No setor bancário o momento é de dificuldades para os trabalhadores. Mas o Mais Sindicato não abdica de cumprir o seu dever: defender os bancários. Contra as injustiças, contra a ganância; pelo emprego, pela justa repartição da riqueza.

O MAIS SAÚDE

O 25 DE ABRIL
A LIBERDADE
A DEMOCRACIA



Pesca de Mar

José António Duarte vence no arranque

A primeira prova de mais um campeonato de pesca de mar contou com a participação de 26 concorrentes

PEDRO GABRIEL

Peniche acolheu o início do 40.º Campeonato de Pesca de Mar de Costa no dia 2 de abril.

O mais felizardo em prova foi José António Duarte (BBPI), com um peso total de 6,300 gramas convertidos em 19,720 pontos.

No segundo lugar terminou Alberto Ferreira Costa (Novo Banco), com 6,340 gramas e 17,520 pontos, e na terceira posição ficou Carlos Brandão Silva (BBPI), com 5,140 gramas convertidos em 15,900 pontos.

Manuel Silva Pinheiro, com 6,600 gramas/14,820 pontos, e José Alves Dias, com 5,420 gramas/14,040 pontos, ambos do Santander, foram os quarto e quinto classificados, respetivamente.

A próxima prova está agendada para 28 de maio, em Porto Côvo. 

Antigos bancários em almoço-convívio

Após dois anos de interregno devido à pandemia de Covid-19, os antigos funcionários do BFN/BFE voltam a reunir-se para recordar outros tempos



O 13.º almoço-convívio dos ex-trabalhadores do Banco de Fomento Nacional/Banco de Fomento e Exterior (BFN/BFE) realiza-se no dia 7 de maio, pelas 13h00, no restaurante Pano de Boca, sito na Rua Ramalho Ortigão (edifício do Teatro Aberto), em Lisboa, próximo do Centro Clínico do SAMS e da Mesquita de Lisboa.

As inscrições estão abertas até ao dia 2 de maio e podem ser feitas para os seguintes contactos:

António Silva - 919 746 091

antonio.j.silva.pt@gmail.com;

António Manuel Oliveira - 936 087 257;

António Vale - 913 055 806. 

Tiro



Prova equilibrada

Na segunda contagem do interbancário de tiro, os dois primeiros classificados acertaram no mesmo número de pratos

PEDRO GABRIEL

A segunda contagem do 24.º Campeonato Interbancário de Tiro realizou-se no dia 2 de abril, em Pegões, com a participação de 82 concorrentes.

Numa prova bastante equilibrada, destaque para David Ferreira (GDST), que acertou em 67 pratos distribuídos por três pranchadas (22-23-22). Também Mira dos Reis

(SSCGD) obteve o mesmo resultado, mas distribuído de forma diferente (23-25-19).

Nos lugares seguintes da classificação ficaram três concorrentes que também fizeram o mesmo resultado, neste caso 66 pratos atingidos.

Foram eles José Cardoso (SSCGD), Filipe Moura (GDNB) e João Gouveia (GDST).

A próxima prova será no dia 21 de maio, em Beja. ▶

Classificados

Diversos

Vendo Estirador para desenhador ou ateliê de arquitetura com 1,20m de largura por 80cm. Dá para subir e descer a altura.

Contacto: 918 413 694 | castro_almeida@netcabo.pt

Vendo Mitsubishi L200 de 2004, caixa aberta, cabine dupla, 5 lugares, em excelente estado de mecânica e pintura. **Contacto:** 918 566 486.

Vendo Telefones de manivela com mais de 75 anos: 220€; mesa de Pau Preto, trabalhada no tampo: 160€. **Contacto:** 966 042 442.

A imaginação é o limite

Os associados do MAIS têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria. A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres



A vida que quer viver

A vida que vai sobrando
É um bem a preservar
Porque dela vai ficando
Menos tempo para nos dar
Muitos anos festejando
Nos parabéns são virtude
Mas ainda que aumentando
Não se alegram na saúde

E na velhice que avança
Com a vida a esmorecer
Está o desejo e a esperança
Que teima em sobreviver

Se chega a desesperança
Com o fim a querer nascer
Resta-nos força que alcança
Vontade de querer viver

Na vida que não se cansa
Mesmo que seja a sofrer
De resistir não descansa
Porque nunca quer morrer

João José de Brito Arroja
Sócio n.º 8743

Macieira e a noitibó ao crepúsculo

Macieira e a noitibó ao crepúsculo
A noite acontece e escreve o seu ledor cantar
já pelo sinclero ou orvalho fresco de amigo,
num murmúrio de silêncio no Lago do Vidual.
Na loura seara medra o centeio e o trigo.
Ondula neste império um lânguido olhar sem igual,
enquanto trauteio uma velha canção contigo.

Cantar de jovem de circunstância puro,
em busca do campo em profundo cismar.
Os pinhais marulham no negro escuro
enquanto os milhafres imperam no ar.
O passado, o presente e o longínquo futuro
são a minha voz rouca na Zebreira a ecoar.

No planalto, com o meu povo, me alegrei
e nas muitas voltas dadas neste mundo.
Naufraguei na neblina, mas sempre me achei
nos caminhos sem bússola, qual vagabundo.
O certo foi incerto e incerto o foi na certeza,
assim como o sorrir, sorri também de tristeza!

José Maria de Sousa Caria
Sócio n.º 17496

Amar-te, assim, infinitamente!

Que dizer-te neste dia, tão só teu?
Clamar que te amo, ao Céu e a toda a gente?
Que te quero, assim, infinitamente?
E gritar qu'eu sou só teu e tu és meu?

Proclamar qu'és a luz da minha vida?
E que grito, bem alto, a todo o Mundo,
Qu' é real este amor vivo, profundo,
Que brota da alma, com força incontida?

Oh, os meus braços, teu berço d'embalar!
Meu rosto, aquele sorriso e olhar amigo,
Que vias com teus olhos, ao acordar!

Já não tem sentido eu viver só, sem ti!
E, amar-te, ainda mais, já não consigo!
Resta a morte p'ra saber que te perdi!...

Carlos Barata Garcia
Sócio n.º 7066

Subsídios pagos

2.º semestre de 2021

	Nome Cliente	N.º Sócio	Banco
Julho N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4.979,80€	Gualter Garcia Da Silveira	25332	Millennium BCP
	Anibal Tomé Matias António José Rodrigues	25489	Millennium BCP
	Carlos Alberto Viegas Godinho	29312	Novo Banco
	Fernando Alves da Costa Pereira	7684	CGD
	Flaminia Ferreira Borges De Almeida	Pensionista	Banco BPI
	Fernando Tomé dos Santos	2913	Millennium BCP
	Maria da Luz Anastácio da Silva	5232	Santander Totta
	Maria José Bernardes Libório da Costa Garcia	6548	Santander Totta
	João Franco Esteves	990	Santander Totta
Agosto N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4960,90€	Eduardo Alberto Alves Teixeira	30460	CGD
	Faustina Rosa Ferreira Soares Silva	Pensionista	Novo Banco
	Fernando Martinho Amaral	5967	Banco BPI
	Romão Francisco Castanho Valadas	12895	Millennium BCP
	Luciano Da Fonseca Branco	18421	Novo Banco
	António Martins Gomes	1464	Banco BPI
	Henrique Marcelo Leiria Machado	4299	Santander Totta
	Manuel Fernando Baião Lima	4532	CGD
	Antónino Joaquim Nascimento Magalhães	12046	Banco BPI
Setembro N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4940,75€	Henrique Mendes Domingos	3257	CGD
	Armindo José Salvado Travassos	2720	Millennium BCP
	Mário Gaspar Esteves Pardal	2657	CGD
	Miguel João Dos Reis	2178	CGD
	Francisco Paulino Fernandes	4010	CGD
	António Lino Fernandes	7517	Santander Totta
	Arnaldo Jorge Rijo Mascarenhas	8032	Banco BPI
	Henrique Carlos Marques De Sousa Graça	17190	Novo Banco
	José Nunes Silva	12351	Banco BPI
Outubro N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4913,70€	Almiro Fonseca Ferreira Pires	23010	Millennium BCP
	João Faustino Cordeiro	34249	Santander Totta
	Joaquim António Telo Seatra	8213	Banco BPI
	João Gomes Bento	3446	Santander Totta
	Serafim Neves Cabrita	28148	Millennium BCP
	José De Ascensão Sousa	29741	CGD
	Maria Do Céu Silvestre Bragança Miranda	32597	CGD
	Artur Pereira Nunes	3289	CGD
	Óscar Fernando Heráclio Mesquita E Menezes	30818	CGD
Novembro N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4900,45€	Luís António Da Silva Vieira	22659	Santander Totta
	José Dínis Gonçalves Machas	30453	Millennium BCP
	Horácio De Oliveira Matoso Rita	29555	CGD
	Fernando Carreira Nunes Henriques	30745	CGD
	Jorge Neves Brito Mendes	1879	Millennium BCP
	Fernando Alves Monteiro	4591	CGD
	Arsénio Miguel Moniz Silva Soares	10047	Novo Banco
	José Conceição Silva	8237	CGD
	Fernando Manuel Ferreira Lourenço	20040	Novo Banco
Dezembro N.º de Óbitos 9 Valor do Subsídio 4886,00€	Francisco José Salgueiro Correia	7634	Ccam Alentejo Sul
	Gil Emídio Teles Pereira	8835	Novo Banco
	Rui Manuel Figueiredo Lopes	11543	CGD
	António Eduardo Forte Vaz	Trab.	Mais Sindicato
	Manuel Belot Fernandes	9934	CGD
	Maria Júlia Ramos Guerreiro Coelho	25054	Ccam Ferreira Alentejo
	Romeu Gaspar Bernardo	6299	Santander Totta
	Gilbertina Odília Medeiros	43665	Novo Banco Açores
	Luís Pereira Soares	24023	Cemah



funeralvida.servilusa.pt

800 204 222

PLANEAR FAZ PARTE DA VIDA

Liberte a sua família de qualquer encargo
ou preocupação.

Plano Funeral em Vida

Simple | Flexível | Vantajoso | Seguro

CONDIÇÕES ESPECIAIS
PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES



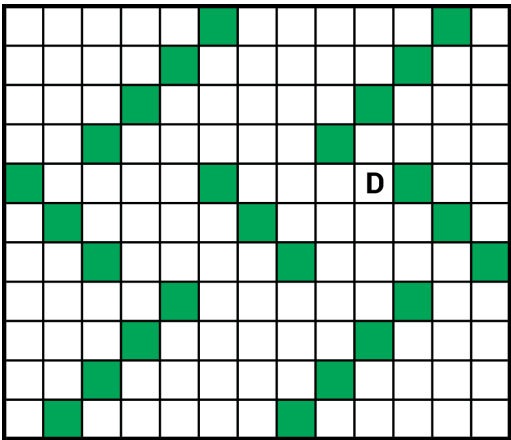
Servilusa
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

Sempre do seu lado

Cruzadas-Mistas

A partir da letra ínsita, complete o diagrama.
Indique o provérbio incluso.

■ 18, 1M, 24, 29, 33, 45, 51, 56, 65, 68, 6E, 79, 84, 92 ■ 173, 18E, 24T, 371, 537, 567, 642, 6R3, L98, O92 ■ 1R85, 1V65, 2342, 2M51, 3V99, 418O, 4586, 5E84, 6798, 6958, 82A8, 951D, 969É, M134 ■ 139A3, 1E324, 25673, 2H587, 4D468, 6E791, 713A8, 72T67, 816N7, 9123M, 91O56, 944N1, 9A165, 9E839, A1889, A4812, É4892, H1688 ■ 171M52, 4M3669, 631L72, O57546.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Hieróglifos Comprimidos

MO

MI

8 Letras

PA

CA

9 Letras

ES

DA

8 Letras

A sortear: PRÉMIO MAIS

Palavras-cruzadas

Problema 431

HORIZONTAIS:

1 – Homem que vivia retirado nos desertos ou montes por desejo de perfeição. 2 – Água [infant.]. Cacho das videiras. Indigne. 3 – Aqueles. Homem corajoso. Ides. 4 – Meu [arc.]. Lutar [Angola]. Símbolo de prata. 5 – Saudável. Berne [Brasil]. 6 – Pensas continuamente (em). 7 – Amante. 8 – O ente consciente. Vestígio. 9 – Isento de algo a que os outros estão sujeitos. Homem guerreiro [fig.]. 10 – Conjunto de pessoas. De cada dia. Interj. usada como chamamento [Brasil]. Homem delicado [fig.]. Me + o.

VERTICAIS:

1- Homem que, no Funchal, vende a bordo os produtos regionais: rendas, vimes, etc. 2 – Ousio [fig.]. Acabai [Angola]. 3 – Em + a. Patroa. Indivisível. 4 – Símbolo de bombordo. Afáveis. 5 – Homem magro ou raquítico. 6 – Que tem o feitio de ovo. Seguido. O resto [ant.]. 7 – Homem devasso. 8 – Orçamento Retificativo. Montado. 9 – Planta liliácea oriunda da China. Maneja. Graceja (de). 10 – Mondar cuidadosamente (a erva ou o capim). Ligam. 11 – Homem muito magro.

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

“Numa tirania, a maioria dos amigos desaparece”

Sinclair Lewis (1885-1951), escritor norte-americano

Jogos de cartas

Anagramatize as cinco palavras de cada grupo, sem usar a mesma inicial ou plurais. Verbos só no infinito. No final, as letras que caírem nos círculos formam três nomes de jogos de cartas.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 368

9		7			2	1		
	5		4	1			7	
		1						8
		4	8				5	
	1			2			8	
	6				9	3		
8						4		
	4			6	3		1	
		9	2			6		5

Médio 368

	7	9				6	1	
2			9		7			3
1			5					4
	8		2		6		3	
		2				9		
	5		3		1		4	
7			4					9
4			1		9			7
	9	3				4	6	

Difícil 368

	5		9				3	
	1	9		6			7	2
	2				4		1	
		1						7
	8						9	
4						3		
	7		4				5	
5	4			7			8	6
	3				8		2	

Fácil 369

5		3				4		2
	6						9	
8			6		5			3
		4		1		6		
			3		8			
		1		7		3		
7			8		3			1
	5						4	
1	9					7		8

Médio 369

3	6					2		7
	4			9			3	
		5				1		
			2		1			
	7			8			5	
			7		9			
		9				8		
	2			6			4	
7		1				5		9

Difícil 369

	6				1		9	
8	1			4			7	6
	7		2					
2						9		
	4						2	
		1						5
					4		8	
5	9	6		7			3	1
	8		6				7	

Enigma Figurado

(expressão corrente)



5 L



3 L



4 L

A sortear: PRÉMIO MAIS

Nomes & Localidades

Para descobrir as localidades portuguesas, utilize todas as letras de cada um dos dez nomes.

1	VERA LILA
2	ALBA L. VIEIRA
3	DINO L. CEVADO
4	ESTELA DE COVID
5	SANTOR SERVO
6	DONA S. T. LOPO
7	ELGA R. PRETO
8	RITO SANTOS
9	RENTES O. PEDO
10	ALICE D. J. SOPO

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Resultados do «Tempo Livre» 429

1	F	A	M	A	Z	O	N	A	M
2	R	A	N	E	S	C	A	L	C
3	A	R	A	A	O	M	A	R	
4	L	E	G	A	P	M	U	N	I
5	D	O	U	S	O	M	D	I	N
6	E	U	A	S	O	L	A	E	L
7	L	I	M	O	L	A	E	L	Q
8	I	C	O	R	N	T	U	T	U
9	M	O	R	S	E	U	N	E	E
10	M	I	N	I	S	S	A	I	A
11	P	I	A	C	A	A	A	R	O

Palavras-Cruzadas: Premiado: Joaquim Boavida (Massamá).

A Banca: Real ou Rial, Escudo, Bolivar, Rand, Dracma, Libra, Franco, Centavo, Tostão, Pataca, Táler, Florim, Gentil, Xelim, Guinéu, Caravela, Vintém. Premiado: Maria Bilro Gaspar (Évora).

Aritmograma: 8x6/4; 9+3/1; 5x2+7. Premiado: Arlindo

Xavier Cavaco Pereira (Beja).

Mastermind Especial: MONTRA. Premiado: Sílvia Lourenço Almeida (Bobadela).

Corolas Geminadas: 1 – Penico. 2 – Imolar. 3 – Legado. 4 – Socara. 5 – Arames. 6 – Modero. 7 – Parada. 8 – Aselha. 9 – Lorpas. Premiado: Ana Cristina Madeira (Odiveles).

Enigma Figurado: Em casa do diabo (em Cascos de Rolha; em local longínquo). Premiado: Luís Manuel Silveira (Torres Vedras).

Soluções

6	7	2	7	1	5	1	9	4	8	3
1	3	4	7	2	7	2	8	9	6	5
9	8	5	4	6	3	7	2	1	3	7
5	4	4	8	2	6	1	3	7	2	1
8	2	3	7	1	5	1	6	4	9	9
1	7	1	6	3	9	4	4	8	5	2
4	5	1	9	8	2	3	7	2	6	6
6	3	7	1	9	7	1	6	3	7	2
2	9	6	7	3	1	8	9	1	8	9

Difícil 369

6	9	5	8	7	1	1	3	1	8	7
1	3	3	3	9	6	8	8	2	2	4
3	2	8	7	1	5	6	9	4	4	4
8	1	4	6	3	7	2	5	9	9	9
2	5	6	4	8	9	3	3	7	1	4
6	7	3	1	5	6	8	6	6	6	6
2	5	5	6	2	2	5	6	2	2	6
4	4	8	4	4	3	3	3	7	2	6
5	5	6	7	1	9	6	7	1	9	6
2	9	7	4	5	2	9	7	4	5	2

Médio 369

8	3	7	9	5	4	5	4	6	7	1
9	4	6	1	2	7	7	2	8	3	5
1	2	5	3	6	8	9	9	7	4	7
6	5	3	4	2	7	2	1	2	1	8
7	4	2	2	8	9	3	5	7	6	6
2	3	4	5	6	1	7	2	3	4	5
3	7	9	6	1	7	1	5	4	2	6
8	3	7	1	5	4	2	6	2	6	8
3	7	1	5	4	2	6	2	6	8	4
5	5	6	8	3	2	8	9	6	7	4

Fácil 369

1	3	3	7	2	2	5	4	6	1	1
4	2	1	7	3	7	3	8	7	2	4
6	7	8	4	2	2	4	1	5	3	3
9	1	3	8	1	5	1	2	6	7	6
4	9	7	2	2	4	6	7	4	9	3
1	2	2	6	1	4	7	7	1	1	3
2	1	1	9	2	1	9	2	1	9	2
4	7	1	3	5	6	7	1	3	5	6
1	5	4	6	1	5	4	6	1	5	4
2	2	2	7	2	7	2	7	2	7	2
7	5	4	1	6	1	6	1	6	1	6

Difícil 368

8	9	3	7	2	2	5	4	6	1	1
4	2	1	7	3	7	3	8	7	2	4
6	7	8	4	2	2	4	1	5	3	3
9	1	3	8	1	5	1	2	6	7	6
4	9	7	2	2	4	6	7	4	9	3
1	2	2	6	1	4	7	7	1	1	3
2	1	1	9	2	1	9	2	1	9	2
4	7	1	3	5	6	7	1	3	5	6
1	5	4	6	1	5	4	6	1	5	4
2	2	2	7	2	7	2	7	2	7	2
7	5	4	1	6	1	6	1	6	1	6

Médio 368

1	7	2	8	4	6	3	5			
4	2	6	2	2	2	2	2			
5	6	9	6	9	6	9	6			
3	5	7	1	7	1	7	1			
2	6	4	8	3	1	3	1			
9	5	7	1	7	1	7	1			
6	8	3	1	3	1	3	1			
4	2	1	8	2	2	2	2			
3	5	3	4	1	8	2	2			
9	6	7	6	5	2	1	4			

Fácil 368

**“Recuperar a autonomia,
segurança e conforto.
É esta a realidade
de quem escolha
a Stannah!”**

Ruy de Carvalho
Ator



Stannah

**Líder mundial em
elevadores de escadas**

Agende a avaliação das suas escadas.

Tel.: 808 918 388

CUSTO DA CHAMADA LOCAL



DESDE 1867